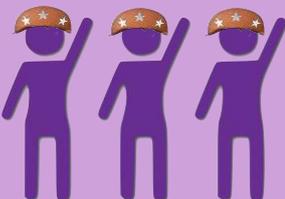




ARTIGOS



Bonecas, Esta Cidade é Quadrada:

A Perseguição às travestis no carnaval do Recife (1960 – 1970)

Rosana Maria dos SANTOS, *Universidade Federal Rural de Pernambuco*

Resumo: Segundo a historiografia que analisa o carnaval do Recife, as décadas de 1960 e 1970 são marcadas por acontecimentos e normativas. Nesta época, organizar a festa carnavalesca tornou-se uma prioridade política, pois os administradores julgavam necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: ‘salvar o carnaval do Recife da decadência’. Na tentativa de organizar a festa, portarias e legislações foram criadas para proibir as práticas consideradas subversivas, dentre elas a participação das travestis, que estavam presentes em muitas agremiações carnavalescas. No ano 1970 uma resolução da Secretaria de Segurança Pública (SSP/PE) proibiu que as travestis e homossexuais fossem vistos nas ruas durante o Carnaval do Recife. No entanto, a resistência das travestis pode ser vista e problematizada na historiografia e nos periódicos da cidade. Desse modo, a pesquisa analisou a perseguição às travestis nas festividades carnavalescas, ressaltando também suas resistências a qualquer tipo de norma ou proibição.

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval. Recife. Travestis



A “Vigilância” e “Controle” nos Dias de Momo

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife. No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

A modernidade e o progresso revelaram mendigos, desocupados, ladrões e a prostituição se tornou cada vez mais latente. Era comum encontrar pessoas vagando livremente pelas ruas da cidade do Recife. Os registros nos jornais Diário da Noite, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e o Folha da Manhã, que circulavam na cidade do Recife, nos permitem constatar que os roubos, a violência e a prostituição foram fatos sociais corriqueiros, que a urbe sabia como administrar, reprimir ou até mesmo reconhecer rapidamente (FARGE, 2009).

A Delegacia de Plantão estava com pouco movimento na segunda – feira à noite, quando de repente, estacionou um “au – au” e desembarcou o travestir Aldenor Lúcio da Rocha, mais conhecido como “Marly” ou “Lili”, residente numa pensão na Avenida Rio Branco, 245, 1º andar. Ele fora preso nas mediações da Faculdade de Direito, porque brigou com “paquera” que queria a todo custo praticar atos libidinosos com ela no local. “Lili” que insistiu em frisar ao delegado José Batista Golveia que não se prestava para esses papéis na via pública (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1975, p.15).

O aumento populacional do Recife também ocasionou certo receio para as elites.¹ Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo “progresso”, mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos

¹ A população teve um crescimento expressivo de 113 mil habitantes, em 1890, para 239 mil em 1920. Com o aumento populacional, Recife se expandia e consequente ganhava novos bairros. A Madalena, o Poço da Panela, Caxangá, Afogados, Várzea e Beberibe. REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *O Recife: história de uma Cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.



considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.²

São as camadas pobres do Recife que sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre os populares eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de “domesticar” e disciplinar os corpos. As camadas populares resistiam e burlavam as normas de diversas maneiras: a primeira delas devia-se à própria fragilidade do sistema de vigilância; a segunda era a subversão feita pelos populares, muitas vezes inconscientemente, ou até mesmo utilizando-se de táticas de negociação. No século XX a rua e os divertimentos passam a ser controlados e constantemente vigiados. O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura, segundo normas que vinham de cima, e os esclarecimentos e ordenações escorriam dos estatutos superiores aos inferiores.

Desse modo, o Carnaval nos revela problemas de cidadania, política, desigualdades sociais, econômicos e de gênero. Segundo a historiadora Sylvia Couceiro, a modernização implementada nas primeiras décadas do século XX, alterou não apenas a aparência física da cidade, mas também provocou intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares.

² Nem todos aceitavam ou usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Em 1904 o prefeito Eduardo Martins, nomeado pelo governador Sigismundo Gonçalves, tomou medidas disciplinadoras na cidade do Recife. Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: urbanizar, civilizar e modernizar. As elites dominantes buscavam fomentar a todo o momento a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *O Recife: história de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, pp 49-50.

No entanto, padrões geravam momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais.

A historiadora ainda corrobora com a ideia de que as elites “brigavam” para dominar os espaços públicos, sobretudo as ruas, porém não conseguem controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares dela (COUCEIRO, 2003).

A imagem abaixo exemplifica o quanto a população recifense, sobretudo os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento.

Figura 1: Carnaval de rua - década de 1940.



Fotógrafo: Juventino Gomes

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

As autoridades políticas e policiais sempre estiveram conscientes da importância e eficácia das festas públicas como elementos de coesão, integração social e com capacidade enorme de mobilização política. Esse dado é importante para revelar a manipulação em torno das mesmas, seja quanto às repressões ou quanto às mudanças de seus significados. Sempre regulando para que nada fugisse da ordem pública, os gestores se esforçavam para estar tudo dentro dos limites toleráveis e em meio à paz



social. Sendo percebidas três grandes tendências na forma de lidar com as manifestações da cultura popular: a vigilância, a ordem e a força policial. As estratégias para conter os ânimos durante os dias de carnaval, ano a ano vinham sendo intensificadas.

A polícia decidia sua ação determinada por dois campos de atuação: a vigilância e a informação. Tudo era feito sob a justificativa de que “repressão” era necessária para que se pudesse atingir a segurança e a ordem. Nesse sentido, a normatização do carnaval imposta pela lei pode ser entendida como uma estratégia de um segmento social sobre outro, e é visível a disputa de poder que ocorreu no Recife em torno do carnaval nas décadas de 1960 - 1970.

O espaço público da festa passou a ser socialmente construído por negociações que definiam seus usos. Ornamentar, organizar, vigiar e reprimir funcionaram como formas de atrair novamente o público para brincar o carnaval de rua, já não tão bem visto e disputado. Por isso, na década de 1950 a organização das festas urbanas começa a apresentar certas inovações na forma de ornamentar as cidades, pois havia a necessidade de tornar mais atraente os espaços urbanos. E esse desejo do poder público estava atrelado à necessidade de transformar os centros urbanos em polos turísticos, contribuindo para a valorização do Carnaval. Esses espaços são socialmente construídos por negociações que definem seus usos, no sentido de que ornamentá-los funcionou como uma forma de atrair novamente o público para brincar o carnaval de rua, com ordem e disciplina.

O processo de organização da nova festa carnavalesca, pautada na junção de interesses das manifestações do Grande Carnaval e Pequeno Carnaval, representados respectivamente pela elite e povo, dar-se-ia a partir do século XX com a imposição gradativa de regulamentações cada vez mais estruturadas por parte do poder público como, por exemplo, policiamento ostensivo nos locais da festa, itinerário previamente definido aos grupos carnavalescos e logradouros roteirizados. (NOGUEIRA, 2008, p.52).

Por isso, o controle das autoridades e da polícia sobre o carnaval foram ostensivos. As fontes de pesquisa policiais recifenses, que incluíam os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e do Departamento de Ordem e Política Social (D.O.P.S) deixam transparecer o medo das elites



relacionadas às práticas cotidianas, que aconteciam no Recife e aglutinavam multidões, como por exemplo o Carnaval.³

Durante o século XX, todos os anos, quinze dias antes das festividades carnavalescas, o Secretário de Segurança Pública divulgava nos jornais de grande circulação do Recife o que era permitido ou não durante os dias de festa. Essas portarias tinham por objetivo evitar o abuso da liberdade, limitar os excessos na brincadeira e banir o uso de psicotrópicos (maconha, solvente, pós e líquidos corrosivos). O lança-perfume e o escape livre e as travestis eram os grandes vilões do Carnaval, nas décadas de 1950 - 1970.

Bonecas, esta Cidade é Quadrada

Era comum encontrar travestis na folia, uma vez que não era corriqueiro encontrar mulheres participando de agremiações populares e do Carnaval de rua. As mulheres, em sua maioria, participavam de atividades folclóricas ou religiosas (cultura negra), nos corsos ou nos salões da alta burguesia. Estas sempre apresentavam-se em público com muitas roupas, panos e adornos. As mulheres que participavam deliberadamente das festas de rua, geralmente eram mal vistas e caracterizadas como prostitutas ou travestis (TABOSA JÚNIOR, 2004). O historiador Leonardo Dantas Silva, nos narra as condições para que as mulheres participassem do carnaval nas ruas centrais do Recife no século XX,

A presença feminina nas agremiações carnavalescas do Recife, geralmente era formado por moças e senhoras da chamada pequena burguesia que, não podendo participar dos bailes dos Club Internacional ou do Jóquei Club, então privilégio das elites, saíam às ruas protegidas por um cordão de isolamento, envolvendo todo o

³ A Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) foi criada em 1934, durante o Estado Novo, esse órgão funcionou no âmbito do aparelho repressivo estatal, através de investigações de indivíduos e instituições associações, agremiações e sindicatos, buscando vigiar as transgressões à ordem pública. Esse órgão era subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Durante a Ditadura Militar de 1964 o DOPS se transforma em Departamento de Ordem e Política Social. Para maiores informações ler: SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.). *Ordem & Polícia: Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX*. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.



grupo e separando-o da multidão, sob a severa vigilância de pais, maridos, irmãos, noivos, genros e amigos (SILVA, 2000, 136)

Assim, fica evidente o controle que atingia mulheres no carnaval recifense no século XX. Para Carmem Soares (2006, p. 110), “governar o corpo é condição para governar a sociedade”, ou seja, para analisarmos as relações de gênero nas décadas de 1960 e 1970, precisamos entender que elas ocorriam nas e pelas relações de poder.

Segundo Green (2000), antes da década de 1950 as notícias sobre o travestismo masculino nas festividades carnavalescas eram ignoradas por parte da população. Porém, a partir do ano de 1953, a Revista Manchete, que cobria os eventos carnavalescos, passou a escrever sobre a predominância das travestis na festividade. Os jornais e revistas faziam distinções entre os heterossexuais, que se vestiam de mulher (de forma temporária), e os homens afeminados que se vestiam de mulher para mostrar sua identidade de gênero.

No estudo da literatura acerca das travestis podemos problematizar múltiplas experiências e particularidades que não podem ser reduzidas a classificações ou categorizações unificadoras, visto que estas podem tornar equivalentes visões de mundo e identidades nem sempre consonantes (CARVALHO, 2014).

Kulick (2008) informa que o que caracteriza as travestis não são só as suas vestimentas. Elas adquirem nomes, cabelos, corpo e mais uma infinidade de utensílios femininos. Elas realizam transformações em grande parte do corpo, sendo algumas irreversíveis, com foco no universo idealizado como feminino. Mesmo assim, não são mulheres e não desejam extrair o órgão genital masculino. Na etnografia produzida pelo autor, elas afirmam serem homossexuais, homens que desejam outros homens e que realizam mudanças em si, modelando-se e completando-se como objeto desejado desses homens.

As questões de gênero no carnaval do Recife se tornaram latentes, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Em entrevista ao Jornal Diário da Noite, de 1968, o presidente dos Batutas de São José afirmava que se dependesse dele e de sua agremiação o Recife poderia continuar famoso por realizar um carnaval brilhante e demonstrando sua elegância sem a



inclusão das travestis no reinado de Momo. Sobre a participação das travestis em sua agremiação comentou:

Duvido um miserável desses entrar no Batutas! Não há dinheiro nem beleza! Iremos homenagear a família pernambucana. Todo nosso empenho está voltado para a moralização e não vamos render homenagem com homem se remexendo, vestido de mulher. Os travestis utilizam fantasias fora de moda ou as tornam emprestadas. Sou a favor que esses elementos sejam presos para o bem da moral e da tradição (DIARIO DA NOITE, 1968, p.9).

As travestis têm sido caracterizados pelos dispositivos heteronormativos como seres desprovidos de humanidade. Além disso, ao logo da história, a produção discursiva, que colocava as travestis numa situação de marginalidade social foi latente (VERAS; GUASCH, 2015, p.43).

A episteme histórica, que conforma os discursos de emergência acerca do sujeito travesti, foi marcada pela produção discursiva heteronormativa de um sujeito travesti marginal. As marcas do estigma serão localizadas no corpo ambíguo e indeterminado – nas entrelinhas desses enunciados esconde-se a ideia de que as travestis apresentam um excesso do gênero; e na prática social que as sumirá maior visibilidade na sociedade, ou seja, a prostituição – no não-revelado dessa visibilidade, vê-se a ideia de que os corpos das travestis são lugares de excessos de vícios.

Foucault nos relata (1988, p. 81),

O poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou ainda, ocultação ou mascaramento. O poder não pode nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna.

Para entendermos como o processo de marginalização social das travestis no carnaval do Recife, temos o exemplo da reportagem do Jornal do Commercio de 1968, com Dona Floripedes Correia de Lima, conhecida como Dona Flor, fundadora do Bloco Amantes das Flores, afirmou que travestis deveriam ser evitados no carnaval porque era coisa do diabo (JORNAL DO COMMERCIO, 1968).

Em contrapartida, o presidente do Bloco Amantes das Flores, pronunciou-se nos jornais a favor da participação das travestis, afirmando que sem as travestis o grupo não sairia, ‘em meu clube os travestis são os



que mais trabalham e são eles próprios que compram suas fantasias, alguns chegam até a colaborar financeiramente com a agremiação' (JORNAL DO COMMERCIO, 1968).

Quem também saiu em favor das travestis foi o presidente da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife,

Aristeu Plácido, presidente da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, afirma que a presença dos travestis não descaracterizam o tradicional carnaval pernambucano, pois desde muitos anos eles se apresentam à frente de seus clubes estão na verdade, aqueles que mais trabalham pela boa apresentação das agremiações.⁴

As querelas e discussões sobre a participação ou não das travestis no carnaval seguiu para o campo das disputas internas e externas entre as agremiações. Segundo matéria publicada no Jornal do Commercio, para o presidente do Bloco Inocentes de Rosarinho as críticas que as travestis enfrentavam no carnaval, por parte dos integrantes do de algumas agremiações não passavam de inveja e preconceito (JORNAL DO COMMERCIO, 1968).

As “bonecas” (termo utilizado pelos jornais de circulação na cidade do Recife para caracterizar as travestis) durante as décadas de 1960 e 1970 ganharam visibilidade tanto nas ruas quanto nas páginas dos jornais, sobretudo nas páginas policiais. Contraditoriamente, no período do carnaval, as travestis ao invés de se misturarem com as outras pessoas na multidão, por vezes ganhavam mais destaque do que os outros integrantes das agremiações.

É na primeira metade da década de 1970 que as travestis foram proibidas de desfilar nas agremiações carnavalescas do Recife, no entanto, desde o início do século XX que homens vestidos de mulher e homossexuais são fortemente proibidos de andar pelas ruas da capital pernambucana.

[...] Quando eu era preso, o delegado me soltava. Dr. Mário Alencar me adorava, só quando era delegado estranho é que me encanavam. Quando eu cismava da Rádio Patrulha eles não me levavam não. Quando surgiu aquelas duplas de “Cosme e Damião”, em 1955, o povo dizia “você agora vai se endireitar”. Resolvi tirar a dúvida. Tomei meia garrafa de cana e fui pra Avenida Guararapes, lá pra esquina da Sertã. Cheguei lá, encarei os dois que vinham do Cinema Art-Palácio. E perguntei: “Quem de vocês é Cosme ou Damião dos dois?”. Eles

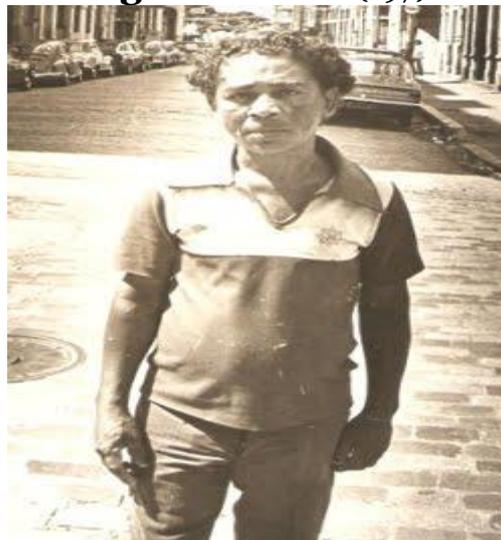
⁴ Idem.



perguntaram: “Quem é você?” Eu disse: “Sou o Lolita falado” e o pau cantou, briguei e rasguei a túnica dele todinha. Ah, eu já fiz muita sugestão com a polícia. Aí eles me levaram num Ford verde (JORNAL DA CIDADE, 1975, p.1).

Ivo Alves da Silva, conhecido por Lolita, faz parte do imaginário da cidade por sua luta e subversão às proibições e perseguições sofridas por homossexuais na cidade do Recife. Consumidor assíduo dos bares recifenses, homossexual, bom briga, cantor de rua; esses eram os seus principais adjetivos. A popularidade Lolita teve o seu auge nos meados dos anos 50 e 60. Com a polícia, teve relações paradoxais; era perseguido e muitas vezes chegando envolveu-se em lendárias brigas com policiais, os periódicos relatam que ganhou algumas dessas brigas. Com fama valente e brigão todos tinham medo de Lolita. Na foto abaixo, tirada em 1975, Lolita estava com 45 anos quando foi entrevistado pelo jornal da cidade (JORNAL DA CIDADE, 1975).

Figura 2: Lolita (197).



Fonte: Jornal da cidade.

Os conflitos entre autoridades policiais e figuras travestidas e homossexuais eram comuns. Segundo o historiador Sandro José da Silva, mesmo sem saber se eram homossexuais ou heterossexuais, homens que se vestiam de mulher eram acusados de ofender a moral pública (SILVA, 2011).



O povo estava sujeito a pressões para reformar sua cultura, segundo normas que vinham de cima, e o esclarecimento escorria dos estatutos superiores aos inferiores. As pressões em favor de uma reforma social, pautadas na civilidade e na ordem eram um campo fértil de subversões estratégicas (THOMPSON, 1998). Os populares resistiam e burlavam as normas de diversas maneiras: a primeira dela devia-se à própria fragilidade do sistema de vigilância; a segunda era subversão feita pelos populares, muitas vezes inconscientemente, ou até mesmo utilizando-se de táticas de negociação. Como nos mostra a imagem a seguir, onde homens vestidos de mulher brincavam Carnaval, nas ruas do Recife.

Figura 2: Troça no Carnaval do Recife de 1950



Foto: Alexandre Berzin
Acervo: Museu da Cidade do Recife

De acordo Da Matta (1997, p. 150), “o carnaval cria uma realidade que não está nem aqui nem lá; nem fora nem dentro do tempo e do espaço que vivemos e percebemos como real”. Partindo dessa premissa o autor nos chama a atenção para esse contexto e justifica a presença da travestilidade masculina durante as festividades carnavalescas, caracterizada como expressão do ser nacional no Brasil.



Para Certeau, nem todos os sujeitos se apropriaram do discurso, ou seja, a sociedade não se reduz ao discurso o qual o poder utiliza para obter o controle social, a relação dos sujeitos não é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições dos poderes sociais. Assim a análise de Michel de Certeau sobre o cotidiano, revela aquilo que o autor chama de “micro-resistências” que fundam “micro-liberdades”.

Essas “micro-resistências” são utilizadas por gente simples, que infringe a lei “debaixo do nariz” do poder, é uma subversão silenciosa, muitas vezes sem o propósito de desrespeitar o estabelecido pelo poder, mas que tempera o cotidiano da cidade (CERTEAU, 2013). A historiografia recifense, sobre o período estudado, nos revela que nos séculos XIX e XX a rua, os divertimentos, a cultura e a educação passam a ser controlados e constantemente vigiados.

Era praticamente inevitável a presença das travestis no desfile das agremiações carnavalescas. Ainda que as autoridades, que organizavam o carnaval, reprimissem e estabelecessem proibições elas não deixavam de invadir os blocos, clubes e maracatus. As travestis além de brincar, financiavam suas fantasias, o que tornou uma colaboração bastante significativa as diretorias das agremiações, cuja maior dificuldade era a financeira para confeccionar o figurino dos seus brincantes (DIÁRIO DA NOITE, 1970). Muitas travestis proibidas de desfilar nas agremiações, subvertiam a ordem da Secretaria de Segurança Pública e saíam pelas ruas fantasiadas de papangus, tamandares e ursos, porém eram facialmente reconhecidas pela imprensa e os órgão de repressão (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1969).

No carnaval de 1969 o Maracatu Indiano protestou contra a classificação do maracatu Leão Coroado e pediu à comissão julgadora que revisse a pontuação dada a agremiação, uma vez que a mesma não reprimiu o maracatu Leão Coroado por ter trazido uma grande quantidade de travestis para o desfile, o que era estranho a tradição. Em resposta a reivindicação do Indiano, a Comissão Organizadora de Carnaval (COC), não mostrou disponibilidade em considerar as alegações do Maracatu (DIÁRIO DA NOITE, 1969).

Na imprensa recifense, eram frequentes os protestos contra essa forma violenta e repressiva contra as travestis. Segundo o jornal Diário de



Pernambuco de 1971, mais de trinta ‘Bonecas’ que foram detidas anteriormente pela Delegacia de Costumes voltaram ao estabelecimento para protestar contra as abordagens policiais. Elas alegavam que passaram por uma triagem, quando nove delas foram fichadas nas mesmas condições das mulheres, enquanto as mais discretas foram dispensadas. As travestis protestavam contra as ações da Delegacia de Costumes que visava: “acabar com os excessos praticados contra os homossexuais”. Elas alegavam também que o delegado de Costumes determinou rondas diárias nos locais mais frequentados por elas, esse fato havia causado grande revolta entre as travestis (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971).

A censura instituía que as travestis, independente de estarem ou não causando algum tipo de desordem, deveriam ser alvo de advertência e levados as autoridades policia. Os homossexuais estavam proibidos de participar de bailes, cordões, blocos, maracatus e escolas de samba.

Os presidentes e diretores de agremiações carnavalescas estão sendo convocados pelo Departamento de Polícia Federal para tomarem parte numa reunião amanhã na sede do órgão, quando tomarão conhecimento, oficialmente de que não será permitido aos clubes, troças, maracatus e outros incluir travestis em suas exibições. O delegado Júlio Freire Rivoredo disse claramente que não permitirá a participação desses tipos em bailes, cordões, blocos, ajuntamentos e outras características semelhantes, que atentem a moral e os bons costumes da sociedade (DIÁRIO DA NOITE, 1970, p.2).

A notícia da proibição de desfilar nas agremiações carnavalescas do Recife foram recebidas com desespero e inconformismo. Muitas travestis passavam o ano todo preparando suas fantasias, para desfilar pelas ruas da cidade, contudo, mesmo diante da repressão elas continuaram a fazer suas fantasias (DIÁRIO DA NOITE, 1970, p. 2).

Geraldo Mota, diretor do Batutas de São José, afirmou que existia uma barreira, intransponível na sua agremiação contra os travestis, a quem explica porque os clubes, blocos e maracatus são levados a acolher tais elementos em seu elenco: eles, além de brincarem com alma, financiam suas fantasias, prestando, desse modo uma colaboração inestimável as diretorias, cuja maior dificuldade é justamente financeira para fazer face às despesas com o figurino. Aceitando o travesti, a agremiação parte com uma grande vantagem para fazer sua apresentação: conta infalivelmente, com uma peça rica e, geralmente, atraente, nos seus cordões, sem depender um só centavo. Desse modo, esse elemento que se empenha ao máximo para fazer parte do clube, ou do bloco, não só possibilita à agremiação ampliar o número e



mesmo a qualidade do figurino, como também se destaca pelo realce que, via de regra, oferece a sua fantasia ao conjunto (DIÁRIO DA NOITE, 1970, p.7).

A proibição as travestis dividia opiniões e sensibilizava até os incisivos em suas opiniões. Conforme foi relatado anteriormente, no 1968 o presidente do Batutas de São José era incisivo sobre a participação das travestis na sua agremiação, no entanto, dois anos depois ele sai em defesa delas e reconhece a importância das mesmas para o brilhantismo do carnaval do Recife .

À medida que a repressão crescia, as portarias regulamentadoras davam margens às ações e formas de subversão da ordem. É válido lembrar que muitas vezes os aparelhos de repressão policial não eram tão eficientes e ágeis. Mesmo combatidas, as travestis continuavam participando dos desfiles das agremiações carnavalescas do Recife.

Quase todas as agremiações apresentaram em seus cordões, os combatidos travestis. Eles foram sem dúvida alguma, atração a parte. Desfilando com garbo, charme e requebrando ao som das músicas, os travestis arrancaram aplausos e elogios dos presents (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1968, p.2).

Um dos casos que ganhou grande notoriedade no Recife foi o do Wilton Mendez, rei momo que abrilhantou o carnaval pernambucano entre as décadas de 1960 e 1970. Mendez foi coroado rei do carnaval durante dez anos consecutivos, porém muitos clubes e agremiações não aceitavam o seu reinado. No dia 14 de fevereiro de 1971, o Diario de Pernambuco noticiou que Mendez havia se tornado uma pessoa indesejada entre os clubes e agremiações, que divulgaram nota afirmando não ser necessário explicar os motivos de barrar a realeza, “pois seria dar muita consideração a quem não merece”(GOETHE, 2016).

Na ditadura militar, a escolha de Rei Momo não era democrática. Bastava apenas ter bons contatos na política e na área de turismo, nesses pré-requisitos, Wilton Mendez ganhava de qualquer adversário. A negação ao reinado de Mendez ocorria pelo fato do mesmo ser homossexual, além disso, ele e era considerado um dos primeiros transformistas brasileiros, tendo até trabalhado com a travesti Rogéria.



Diante desses exemplos de perseguição e intolerância, a alternativa encontrada pelas travestis seria organizar um baile carnavalesco, exclusivo para os homossexuais. A imprensa divulgou diversas reportagens mostrando o apelo dos homossexuais para que as autoridades policiais permitissem a realização do mesmo. Em resposta o Delegado de costumes da Secretaria de Segurança Pública, Mário Alencar, nega a realização do baile das bonecas. Segundo ele, quem proíbe a participação das bonecas nos festejos momescos é a lei.

Há um artigo 234, item II da lei que trata do ultraje público ao pudor. Nele, as punições aos contraventores são previstas e as proibições são claras. Um baile como o das bonecas, não pode ser realizado. Vai contra a 234. É somente por essa razão que foi proibido. Mas se o homossexual é um marginal e em contato com outras pessoas ele é assim tratado, como poderá divertir-se? (DIÁRIO DA NOITE, 1971, p. 6).

Para as autoridades policiais existia o desejo dos homossexuais de mostra-se. Desse modo, o carnaval não deveria servir para remediar essas frustrações, por isso, a lei proibia que homossexuais se reunissem para promover seus recalques. Além dessa justificativa, acreditava-se que ao permitir um baile das bonecas estaria incentivando a promoção da homossexualidade, o que seria uma afronta a masculinidade. Diante da confusão, o idealizador do baile das bonecas, Juraci Pereira, acusa o Secretário de polícia de pensamento “quadrado”. Segundo Juraci, o baile era o mais adequado, diante das proibições que as travestis e homossexuais vinham sofrendo nos últimos anos. Está seria uma solução para que os foliões, vistos como indecentes, pudessem se divertir a vontade (DIÁRIO DA NOITE, 1971).

Juraci revelou a necessidade de uma mudança de mentalidade da sociedade recifense com relação à homossexualidade. Segundo ele, os costumes de uma cidade provinciana impediam o Recife de olhar para o futuro e aceitar práticas modernas de comportamento e civilidade.

No ano de 1971 a repressão não foi só as travestis, mas a homens que durante o carnaval vestiam-se de mulher. O delegado de polícia José de Alencar determinou que os homossexuais ou homens vestidos de mulher estavam proibidos de circular pelas ruas do Recife, durante os festejos carnavalescos. Segundo o delegado,



A polícia vai exercer rigorosa fiscalização contra homossexuais e homens normais, que durante as festividades carnavalescas se pintam ou se fantasiam com indumentárias femininas. A informação foi prestada pelo delegado Mário Tomás Alencar, de Costumes, que reunido com seus auxiliares, determinou o início da fiscalização. A fantasia de mulher, usada por um homem normal ou por um homossexual, provoca brincadeiras, e raramente quem está usando aceita-as com naturalidade, resultando disso muitos desentendimentos [...]. No Nordeste e especialmente no Recife, um homem tem que ser macho, e o homossexual é condenado por todos. Durante o Carnaval, os mais ousados se fantasiam de mulher e os aborrecimentos são constantes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971, p. 13).

As delegacias buscavam impor uma vigilância à sociedade, especialmente no intuito de provocar uma mudança de hábitos, conceitos, culturas, valores e tendo como alvo a implantação de verdades pautadas pela legislação (MELO, 2011). De acordo com o Jornal do Commercio do dia 13 de fevereiro de 1974, as travestis continuavam sem vez no carnaval do Recife. Ainda segundo o periódico, o Clube Carnavalesco Misto Amantes das Flores, por determinação de sua diretora, não permitiu que Maria Aparecida (travesti) desfilasse em seu clube.

No carnaval de 1975 a perseguição as travestis tornaram - se mais intensas, como por exemplo a proibição do baile dos enxutos.⁵ No ano em questão, muitas proibições marcaram o reinado de momo: mela – mela, biquínis ou tangas, lança-perfumes, mas o que chamava atenção era a proibição da festa realizada pelas travestis, o baile dos enxutos.

A polícia não permitirá que as recifenses desfilem de biquíni ou tanga pelas ruas da cidade durante o carnaval, afirmaram fontes ligadas à Secretaria de Segurança Pública. A medida visa moralizar o curso que, segundo os informantes, envergonhou senhoras e crianças, ano passado. O uso de talco, água, lança-perfume e qualquer produto corrosivo também não será permitido e quem for apanhado portando material proibido será autuado em flagrante e sem direito a fiança. Forte esquema policial ficará encarregado de fiscalizar os foliões e coibir os abusos. As “bonecas” não terão vez e não lhes será concedida licença para realização do “Baile dos Enxutos”, repetindo-se o que aconteceu no ano passado. A polícia informa que não adianta “Isabela, a certinha” e outros travestis “colocarem a boca no mundo”, invocando falsos direitos, porque agora está valendo a “Lei de Chico de Brito”. Anarquia que venha a prejudicar terceiros e imoralidade na vestimenta não serão tolerados. Qualquer um que se insurgir contra a medida passará o carnaval no xadrez e na quarta-feira de cinzas “desfilará” no bloco “O que é que eu vou dizer em casa”? Sabe-se que um grupo de homossexuais pretende enviar um abaixo-



assinado ao diretor do Departamento de Polícia Judiciária, sr. Jairo Pontes, solicitando uma “colher de chá” neste carnaval. “Isabela”, “a” chefe do grupo, disse a um jornalista que confia na benevolência do policial, principalmente porque a “realização do Baile dos Enxutos” não prejudica ninguém e dele só participará quem é ou pretende ser “entendido”. Além disso, a gente tem que se desrecalcar uma vez por ano, não acha?” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1975, p. 13).

De acordo com a documentação pesquisada, as perseguições às travestis no final dos anos de 1970 ainda continuavam. Elas ainda lutavam, junto com alguns membros da sociedade civil, para conseguir a liberação para a realização do baile dos enxutos. Segundo o jornal Diário da Noite, empresários e comerciantes tinham interesse em realizar o referido baile:

Um grupo de pessoas influentes do Recife, inclusive empresários, comerciantes e artistas plásticos, estão interessados em promover este ano o famoso “Baile dos Enxutos”, que acontece com muito sucesso no Rio de Janeiro e outras capitais do Sul do país. Neste fim de semana, vários dos interessados entraram em contato com o delegado de Costumes, Djair Lopes Diniz, procurando saber das exigências para a liberação do baile, que deverá acontecer em um dos bailes da cidade. [...]Todas as pessoas que falaram comigo procuraram manter sigilo sobre sua identidade embora afirmassem ser pessoas da sociedade, pois dava para conhecer durante a conversa. A todos eu disse que não podia autorizar a festa, pois ela vem sendo proibida por todos os secretários anteriores. Só uma autorização especial do Dr. Sérgio Higino é que possibilitará a festa dos enxutos (DIARIO DA NOITE, 1979,p.5).

Considerações Finais

Desse modo, ao analisar o carnaval do Recife e suas proibições percebemos que a festa exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto o que observamos foi a resistência das sujeitos que passaram pelas mais diversas dificuldades e perseguições.

A festa do riso torna-se objeto de esforço e desejo dos administradores e planejadores para “ensinar”, na lei e na marra, novos costumes de civilidade e ordem. A folia representou a dialética de resistência/dominação: para as travestis um espaço para a subversão da ordem e da lei; e para os governantes, a possibilidade de controle social.



Na década de 1950, o Carnaval torna-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar normas de conduta para “organizar” e ter um maior controle sobre a festa. O que observamos nos periódicos de circulação foi que a proibição as travestis foram gestadas dentro dos discursos heteronormativos. Porém, o que observamos foi a resistência das travestis, que em alguns momentos não se rendiam as leis e portarias da Secretaria de Segurança Pública instituídas nos dias de Carnaval.

Compreemos as travestis, em sua maioria moradoras da periferia recifense, como agentes construtores da sua própria história, sujeitos simples, que por meio de suas táticas e estratégias, subverteram e driblavam as mais variadas situações do cotidiano recifense. Em resumo, a pesquisa traz visibilidade e nos mostra os meandros desse processo, emergindo assim a história dessas travestis, pessoas comuns, para que se possa construir outro horizonte historiográfico, apoiando-se na memória e nas subjetividades.

Referências

CARVALHO, B. R. de B. “*Tá pensando que travesti é bagunça?*”: repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

CERTEAU, Michel. Políticas culturais. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 2003.

_____. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 20^a ed. Rio de Janeiro: editora vozes, 2014.

COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920*. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.



GOETHE, Paulo. *A majestade que foi barrada no baile*. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2016/01/30/a-majestade-que-foi-barrada-no-baile/>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX*. São Paulo: Ed, Unesp, 2000.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MELO, Diogo Barreto. *Brincantes do Silêncio: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2011.

NOGUEIRA, Rodrigo Muniz. *O carnaval como uma peça da construção identitária brasileira*. In Caderno Virtual de Turismo (CVT), UFRJ, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: Acesso em: 20 de ago.2020.

SANTOS, Mário Ribeiro. *A festa sob rodas: o Carnaval do curso nas ruas do Recife*. Revista algo mais, Pernambuco, 8 de março de 2011. Disponível em: <http://revistaalgomais.com.br/blog/?p=1604>. Acesso em: 10 julho de 2020.

SILVA, Leonardo Antônio Dantas. *Carnaval do Recife*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife; Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2000.

SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.). *Ordem & Polícia: Controle político-social e*



as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

SILVA, Sandro José. *Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2011.

SOARES, L. Carmem. *Corpo e história*. Campinas, 2006.

TABOSA JÚNIOR, F. *Xiré Ade - O olhar de Pierre Verger sobre o travestismo no Carnaval*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Dolls, This City is Square: The persecution of transvestites at the Carnival of Recife (1950 - 1970)

ABSTRACT: The 1960 and 1970 are marked by events and norms, according to the historiography that analyzes Recife's Carnival. At this time, organizing Momo's reign became a political priority, as administrators thought it necessary to create public policies capable of solving an issue that had been highlighted in the city's periodicals for decades: 'saving Recife's Carnival from decay'. In an attempt to organize the party, ordinances and legislation were created to prohibit practices considered subversive, among them the participation of transvestites, who were present in many carnival groups. In 1970, a resolution from the Public Security Secretariat (SSP / PE) prohibited transvestites and homosexuals from being seen on the streets during the Recife Carnival. However, the resistance of transvestites can be seen and problematized in historiography and in the city's periodicals. In this sense, the research analyzed the persecution of transvestites in Momo's reign, also highlighting their resistance to any type of norm or prohibition.

KEYWORDS: Carnival. Recife. Transvestites.

Rosana Maria Dos SANTOS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Doutoranda em história (UFRPE); mestra em história pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2016); especialização em história do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2012) e especialização em turismo e patrimônio pela Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE (2011); graduada em história (licenciatura) pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2012); graduada em história (bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2014) e graduada em gestão de turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE (2009).

Email: rosanamarca.history@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9295-8456>

Recebido em: 29/09/2020

Aprovado em: 08/03/2022